



10 DE SETEMBRO DE 2015

Quinta-feira

- TRABALHADORES DA FORD ENTRAM EM GREVE POR DEMISSÕES NO ABC
- FORD CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS A 6.800 FUNCIONÁRIOS DA FÁBRICA NA BAHIA
- S&P REBAIXA NOTA E RETIRA GRAU DE INVESTIMENTO PARA O BRASIL
- REBAIXAMENTO DO RATING VAI REDUZIR BASE DE INVESTIDORES NO PAÍS, DIZ ESPECIALISTA
- ARTIGO: O QUE FAZER COM O SEU DINHEIRO EM TEMPOS DE BRASIL REBAIXADO?
- CRISE POLÍTICA PESOU NO REBAIXAMENTO
- REBAIXAMENTO DO BRASIL PELA S&P REFLETE RETROCESSO FISCAL, DIZ ECONOMISTA
- CRISE FAZ 57% DOS BRASILEIROS MUDAREM HÁBITOS DE CONSUMO
- GERAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS EM 2014 FOI A MAIS BAIXA EM 15 ANOS
- SENADO IGNORA DIFICULDADES NO ORÇAMENTO E RENOVA FROTA DISPONÍVEL PARA PARLAMENTARES
- LAY-OFF: UMA OPORTUNIDADE PARA EMPRESAS E ESCOLAS
- INDÚSTRIA FOI O SETOR COM PIOR DESEMPENHO DE EMPREGOS EM 2014
- POLÍTICA MONETÁRIA TEM DE MANTER VIGILÂNCIA DIANTE DE MAIOR PRÊMIO DE RISCO, DIZ ATA DO COPOM
- DIVISÃO DE CAMINHÕES DA VOLKS FORMA NOVA EQUIPE
- GERDAU REAJUSTA PREÇOS DE AÇOS LONGOS, DIZEM FONTES
- DIVISÃO ESPANHOLA DA VOLKS GASTARÁ 3,3 BI DE EUROS ATÉ 2019
- INTENÇÃO DE INVESTIMENTOS DA INDÚSTRIA CRESCE 3,6%, DIZ FGV
- LOCADORAS USARÃO AUTORIZADAS SE HOVER PREÇO

- COM SANDERO RS, RENAULT APOSTA NO CONTRASSENSO
- VOLKSWAGEN ANUNCIA NOVOS NOMES PARA A DIRETORIA DA TRUCK & BUS
- PERFIL DO CONSUMIDOR DITARÁ O RUMO DA INDÚSTRIA
- TOYOTA HILUX CONQUISTA 5 ESTRELAS NO LATIN NCAP
- INFLAÇÃO CAI PARA 0,22% EM AGOSTO
- BNDES APROVA R\$ 1 BILHÃO PARA PROJETOS DE ENERGIA EÓLICA NO CE, RN E RS
- INDÚSTRIA NAVAL DEMITE 14 MIL TRABALHADORES NO PRIMEIRO SEMESTRE
- CERÂMICA AVANÇADA SERÁ A NOVA ONDA DOS MOTORES A JATO
- "PEJOTIZAÇÃO" PODE REDUZIR IMPACTO DE EVENTUAL ALTA DA ALÍQUOTA MÁXIMA DO IR
- EMPRESAS RECONTRATAM PAGANDO MENOS
- ESPECIALISTA APONTA CINCO DICAS PARA MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE EMPRESAS FAMILIARES
- CRISE ECONÔMICA MUDA RELAÇÃO DE BRASILEIROS COM O MERCADO DE TRABALHO
- BRASILEIROS SOFREM COM ENDIVIDAMENTO E PERDA DE PODER DE COMPRA
- CRISE ECONÔMICA MUDA HÁBITOS DE CONSUMO DAS FAMÍLIAS

CÂMBIO		
EM 10/09/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,874	3,874
Euro	4,342	4,344

Fonte: BACEN

Trabalhadores da Ford entram em greve por demissões no ABC

10/09/2015 – Fonte: G1



Cerca de 4,3 mil funcionários da Ford em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, entraram em greve por tempo indeterminado nesta quinta-feira (10), por causa de demissões, segundo o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A entidade que representa os trabalhadores afirmou que cerca de 200 colaboradores receberam comunicados de dispensa na véspera, mas o número total ainda é incerto. Representantes da Ford não foram encontrados pelo **G1**.

Desde maio, 160 trabalhadores do local estão de lay-off (suspensão dos contratos). Além disso, outros 59 estão afastados atualmente em banco de horas, informou o sindicato.

Com a greve, a produção será afetada pouco antes de uma paralisação já programada pela Ford entre os dias 18 de setembro e 2 de outubro para a linha de caminhões, e de 21 a 25 de setembro para a linha de carros, que monta o Fiesta.

Na unidade de Camaçari (BA), que é responsável pela produção de Ka e EcoSport, 6.800 empregados terão férias coletivas entre 14 de setembro e 2 de outubro. A medida, segundo a Ford, pretende ajustar os níveis de produção à demanda do mercado.

Crise

De janeiro a agosto, 1.730.708 veículos saíram das fábricas instaladas no Brasil, um volume 16,9% menor do que no mesmo período de 2014. A queda na produção é resultado de medidas para reduzir o volume por causa da baixa nas vendas. Os licenciamentos caíram 23,9% em agosto, na comparação com o mesmo mês do ano passado.

Para frear a produção, as montadoras lançam mão de medidas como férias coletivas e lay-off, que é a suspensão temporária de contratos por até 5 meses. Segundo a Anfavea, 27,4 mil funcionários de montadoras estarão em férias coletivas ou lay-off no começo de setembro.

Em agosto, a indústria automotiva empregava 134.312 pessoas, quase 10% a menos que 1 ano antes e 1% a menos que em julho. O nível de emprego no setor continua o mais baixo desde 2012, que é de quando são os dados mais antigos, e revisados, da Anfavea.

Negociações

Recentemente, duas fabricantes voltaram atrás na decisão de fazer mais demissões. A Mercedes-Benz cancelou 1.500 cortes na fábrica de São Bernardo do Campo, onde produz caminhões e ônibus.

A marca alemã foi a primeira montadora a optar pelo Plano de Proteção ao Emprego (PPE), do governo federal, que permite a redução de salários e da jornada de trabalho por

até 1 ano, desde que a empresa comprove dificuldades financeiras e haja concordância dos funcionários.

A Volkswagen também desistiu de demitir 43 trabalhadores em Taubaté, onde produz o Up!, além de Gol e Voyage

Ford concede férias coletivas a 6.800 funcionários da fábrica na Bahia

10/09/2015 – Fonte: O Estado de S. Paulo



Com estoques cheios, a Ford confirmou nesta quarta-feira, 9, que dará férias coletivas aos funcionários da unidade Camaçari, na região metropolitana de Salvador. Ao todo, 6.800 operários das áreas de produção terão as atividades suspensas entre setembro e outubro, segundo comunicado da montadora. Em agosto, a Ford já tinha oferecido folgas a diferentes setores produtivos na mesma unidade.

As férias ocorrerão a partir da próxima segunda-feira, 14, e durarão até o dia 2 de outubro. Em nota, a empresa justificou a decisão pelo objetivo de "ajustar os níveis de produção à demanda de mercado".

Fábrica da Ford, em Camaçari (BA)

No último mês, a empresa já havia adotado um modelo de folgas coletivas, com rodízio entre os diferentes segmentos produtivos. Os funcionários foram divididos em três turnos, com folgas distribuídas ao longo da semana, tendo as atividades paralisadas completamente em pelo menos dois dias.

Inaugurada em 2001, a unidade tem capacidade para produzir cerca de 250 mil veículos por ano. Ao todo, são cerca de 3,3 mil funcionários próprios e outros 3,5 mil funcionários de empresas parceiras, situadas no parque instalado para atender à demanda da montadora. A Ford possui outras três unidades no País.

De acordo com a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), até o último mês, a produção de automóveis, veículos comerciais leves, caminhões e ônibus caiu 16,9% em comparação com o ano passado.

Em agosto, o nível de produção foi o pior em dez anos. As vendas também estão em queda, acumulando perdas de 21,4% até agosto, na comparação com os emplacamentos realizados no último ano.

S&P rebaixa nota e retira grau de investimento para o Brasil

10/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Apesar de todos os alertas, o pior cenário chegou para a economia brasileira. Após nove dias da decisão da presidente Dilma Rousseff de enviar o projeto de Orçamento com déficit em 2016, a agência internacional de classificação de risco Standard & Poor's (S&P)

retirou do Brasil o grau de investimento – uma espécie de selo de bom pagador que dá confiança aos investidores para aplicarem o dinheiro num país.

INFOGRÁFICO: entenda como funciona o sistema de classificação das agências de risco

A decisão expõe uma derrota anunciada. O mercado já tinha colocado a possibilidade de rebaixamento nos preços dos ativos, mas os juros e o dólar devem abrir nesta quinta (9) em forte alta como reflexo da decisão.

O Brasil agora entrou para a categoria de país com risco especulativo, o que vai encarecer o custo de financiamento das empresas brasileiras e obrigar muitos investidores estrangeiros a se desfazerem de suas aplicações do país. A S&P rebaixou o rating do Brasil de BBB- para BB+ e manteve a perspectiva negativa da nota.

A perda ocorreu sete anos depois da mesma S&P ter colocado, pela primeira vez, o Brasil no seleto grupo de países com a nota de grau de investimento. Não foi fácil o Brasil ter chegado a esse nível, já que por muito tempo carregou o estigma de ter pedido moratória da dívida externa na década de 80.

Moody's

Horas antes de a S&P informar que rebaixou a nota do Brasil a grau especulativo, o vice-presidente de comunicação estratégica da Moody's disse que a agência mantinha o selo de bom pagador ao país. Em palestra para empresários brasileiros em Nova York, Eduardo Barker afirmou que, com a perspectiva da nota do país estável, a Moody's revisaria o conceito do país antes do prazo previsto de 12 meses apenas se acontecesse um "evento brusco".

"Os desafios políticos do Brasil continuam a aumentar, pesando sobre a capacidade e a vontade do governo em apresentar um orçamento para 2016 ao Congresso coerente com a correção política significativa sinalizada durante a primeira parte do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff", disse a agência no comunicado divulgado nesta quarta-feira (9), no início da noite.

A S&P espera que a contração econômica do Brasil seja mais profunda e longa e que o país enfrente dois anos consecutivos de retração do Produto Interno Bruto (PIB). Para 2015, a agência projeta que o PIB irá recuar 2,5%. Em 2016, a retração deve ser de 0,5%. A S&P acredita que o país somente voltará a crescer, ainda que modestamente, em 2017.

Surpresa

A decisão da agência impõe um golpe para a presidente Dilma Rousseff, que não conseguiu nesses oito primeiros meses do ano sinalizar confiança e rumo em meio ao agravamento da crise política de governabilidade. Fiador da manutenção do grau de investimento, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, perdeu uma das suas principais bandeiras quando desembarcou no governo.

O ministro do Planejamento, Nelson Barbosa, reconheceu que a notícia foi recebida com surpresa pelo Planalto. "Houve surpresa, mas estamos trabalhando", disse, após reunião com a presidente Dilma Rousseff.

Segundo ele, a mensagem do governo após o rebaixamento é de tranquilidade e de segurança para todos, "porque continuamos com o esforço de melhorar a situação fiscal do Brasil". De acordo com o ministro, o mais importante é que o governo brasileiro continua a honrar todos os seus contratos.

Decisão reflete retrocesso fiscal, dizem analistas

O rebaixamento do grau de investimento do Brasil pela Standard & Poor's (S&P) e a manutenção da perspectiva negativa para o rating do país são, segundo a economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, uma dupla resposta ao retrocesso da situação fiscal e econômica no último mês.

Zeina lembrou que, quando a agência colocou em negativa a perspectiva do Brasil, deixou bem claro que via esforço do país em promover o ajuste fiscal, mas que vislumbrava dificuldade na sua execução.

“Com o envio ao Congresso de um orçamento negativo, o governo confirmou a previsão da S&P de que o Brasil mostrava dificuldade de executar o ajuste fiscal”, disse a economista. Para ela, o governo não encaminhou nenhuma medida que seria tomada para corrigir o orçamento deficitário.

Pressão adicional

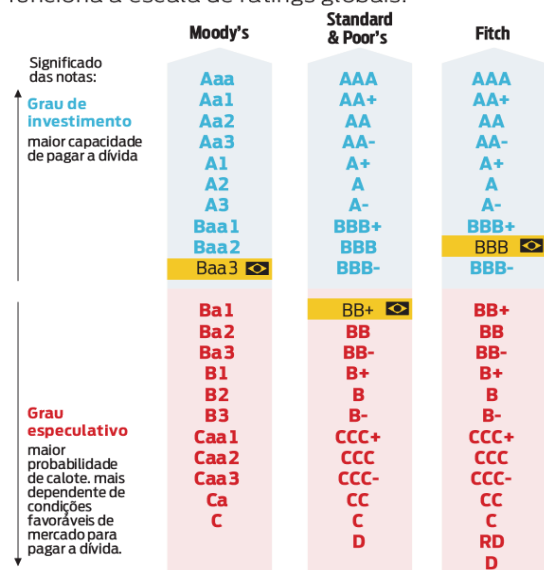
Em entrevista à **Gazeta do Povo** na tarde desta quarta-feira (9), horas antes de a S&P rebaixar a nota brasileira, o economista Otaviano Canuto, diretor-executivo pelo Brasil no Fundo Monetário Internacional (FMI), disse que, embora a perda já estivesse “precificada” pelo mercado, sua eventual confirmação traria uma pressão adicional.

“Com a materialização da perda, alguns dos investidores institucionais que ainda detêm em carteira os títulos do Brasil passariam a ser obrigados a vendê-los. Isso significaria uma segunda onda, um segundo choque”, explicou.

Segundo Canuto, boa parte dos investidores institucionais estrangeiros (fundos de pensão, por exemplo) só podem investir em países que tenham o grau por duas agências de rating, o que ainda é o caso do Brasil, uma vez que Moody's e Fitch mantêm o país entre os destinos considerados seguros para se investir.

INVESTIMENTO ARRISCADO

As agências de classificação medem o risco de uma nação ou empresa não saldarem sua dívida e se é seguro investir nesses locais. Entenda como funciona a escala de ratings globais:



Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

Processo para garantir meta fiscal será completado, diz Levy

Depois do rebaixamento do rating brasileiro pela S&P, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, reafirmou, em nota, o compromisso do governo brasileiro com a consolidação fiscal. A nota foi distribuída pelo Palácio do Planalto – Levy estava nesta quarta em São Paulo.

De acordo com o ministro, o processo para garantir a meta de superávit primário de 0,7% no ano que vem será completado nas próximas semanas, com o envio de propostas na área de gastos e receitas discutidas com o Congresso Nacional, além de ações de caráter estrutural nos próximos meses.

“O governo entende que o esforço fiscal é essencial para equilibrar a economia em um ambiente global de incerteza e, juntamente com iniciativas microeconômicas, aumentar a produtividade do país e criar as condições para a retomada do crescimento na esteira do fim do boom das commodities”, afirmou o ministro.

Levy destacou as medidas macroeconômicas tomadas desde o começo do ano, como a redução de subsídios, o corte de R\$ 78 bilhões de despesas discricionárias e votação de medidas do ajuste fiscal. “Esse esforço complementa as medidas macroeconômicas tomadas desde o começo do ano que já tem se refletido no processo de reequilíbrio das contas externas e na queda das expectativas de inflação para 2016 e 2017”, completa.

Proposta de reter recursos do Sistema S ganha força

Uma das propostas em estudo pelos técnicos do Congresso para reduzir o déficit do Orçamento 2016, calculado em R\$ 30,5 bilhões, é a retenção de até 30% do valor repassado ao Sistema S, como Sesi, Senai e Senac. As entidades recebem recursos para promover a qualificação de trabalhadores da indústria e do comércio.

A medida, que depende de mudança na Constituição, já foi apresentada ao ministro da Fazenda, Joaquim Levy. O senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) contou que se reuniu com o ministro, na última semana, quando apresentou a ideia de criar uma espécie de Desvinculação de Receitas da União (DRU) para permitir ao governo reter parte dos valores destinados ao Sistema S. O líder do governo na Comissão Mista de Orçamento, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), também defende a medida como forma de fechar as contas do orçamento.

Em resposta a pedido de informação formulado pelo senador, a Controladoria Geral da União (CGU) revelou que em 2014 as entidades do Sistema S tiveram receita de R\$ 31,09 bilhões. Neste ano, a receita das entidades somará R\$ 36 bilhões.

Um dos argumentos é que parte expressiva dos valores destinados ao Sistema S não está sendo usada. “Se o governo pegar parte dessa contribuição não irá onerar o Sistema S, porque ao menos R\$ 18 bilhões estão aplicados em bancos. Ou seja, não estão sendo usados na formação dos trabalhadores”, disse Oliveira.

Rebaixamento do rating vai reduzir base de investidores no País, diz especialista

10/09/2015 – Fonte: O Estado de S.Paulo



O consultor-chefe da Allianz e ex-executivo-chefe da gestora de recursos Pimco, Mohamed El-Erian, um dos gurus de Wall Street, avalia que a perda da classificação grau de investimento vai estreitar a base de investidores interessados no mercado brasileiro, de acordo com rápido comentário a clientes logo após o Brasil ser rebaixado pela agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) no início desta noite.

"É mais uma notícia ruim para o País", disse El-Erian. Muitos investidores estrangeiros, sobretudo fundos de pensão, não aplicam seus recursos em países classificados no grau especulativo, ou "junk" (lixo, no jargão usado pelo mercado financeiro).

Artigo: O que fazer com o seu dinheiro em tempos de Brasil rebaixado?

10/09/2015 – Fonte: O Estado de S.Paulo

Estamos em um momento novo na economia brasileira. E, nesse ambiente de incerteza, o que fazer com o seu dinheiro?

- Caderneta de poupança: o investimento mais popular do Brasil não é uma boa aplicação nesse momento, vai continuar rendendo algo próximo de 0,7% ao mês. Vale a pena sacar o dinheiro investido.

- Título prefixado: se você já possui dinheiro aplicado nesse investimento, o melhor é deixar. Se não tem, olhe com carinho, porque amanhã os juros devem subir e podemos ter taxas bastante atrativas oferecidas pelas instituições financeiras.

- Pós-fixado atrelado a juros: pode se tornar um excelente investimento, pois há uma chance considerável de o real se desvalorizar e isso afetar a inflação. Portanto, o governo pode mudar o seu pensamento e ter de subir os juros.

- Pós-fixado atrelado à inflação: o título do Tesouro Direto indexado à inflação com rendimento em 2035 estava sendo negociado ontem por 7,52% ao ano mais a variação do IPCA futuro. Hoje, estará sendo negociado por uma taxa superior. Acho que será a melhor aplicação para o investidor em renda fixa.

- Bolsa: pode haver queda, em um primeiro momento, com a saída de investidores estrangeiros, e um segundo momento de euforia, quando os investidores perceberem que o Brasil não acabou e as ações estão baratas em dólar. Então, não recomendo fazer nada nesse primeiro momento.

*** Alexandre Cabral é professor de finanças**

Crise política pesou no rebaixamento

10/09/2015 – Fonte: EM.com

A agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) foi a primeira a conceder ao Brasil o grau de investimento, em 2008. Agora, é também a primeira a retirá-lo. A crise econômica que o País atravessa foi, claro, o ingrediente fundamental. Mas a crise política - sem sinais de melhora diante das declarações recentes de lideranças do Congresso - teve peso importante para o rebaixamento.

"Os desafios políticos do Brasil continuam a aumentar, pesando sobre a capacidade e a vontade do governo em apresentar um orçamento para 2016 ao Congresso coerente com a correção política significativa sinalizada durante a primeira parte do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff", disse a agência no comunicado divulgado na quarta-feira, 9, no início da noite.

A S&P rebaixou o rating do Brasil de BBB- para BB+ e manteve a perspectiva negativa da nota. A perda do grau de investimento é um duro golpe para o País, depois de um trabalho de mais de uma década para conseguir esse feito, já que o País carregou por muito tempo o estigma de ter pedido moratória da dívida externa na década de 80.

A agência prevê para o Brasil dois anos de retração da economia: para 2015, a projeção é de queda de 2,5% no PIB, e, para 2016, de 0,5%. Segundo a S&P, o Brasil só voltará a crescer, ainda que modestamente, em 2017.

"Acreditamos que o perfil de crédito do Brasil enfraqueceu ainda mais desde 28 de julho, quando revisamos a perspectiva do Brasil para negativa. Naquele momento, sinalizamos riscos maiores de execução para as mudanças políticas corretivas já em andamento, resultantes principalmente das dinâmicas fluidas no Congresso associadas ao alastramento dos efeitos das investigações sobre corrupção na estatal de energia Petrobrás. Nós agora vemos menos convicção, dentro do gabinete da presidente, sobre a política fiscal", diz o comunicado da S&P.

Orçamento

Para a agência, "a proposta de orçamento para 2016 apresentada em 31 de agosto incorporou mais uma revisão das metas fiscais do governo em um período curto de tempo. O orçamento proposto se baseia em um déficit primário de 0,3% do PIB, ao invés da meta revisada anteriormente de superávit de 0,7% do PIB, que havia sido anunciada em julho. Essa mudança reflete divergências internas sobre a composição e a magnitude das medidas necessárias para corrigir a derrapagem nas finanças públicas".

A preocupação é com o aumento do endividamento público. O relatório da S&P também diz que, "sem um desempenho inesperadamente melhor, a meta fiscal proposta no orçamento geraria três anos consecutivos de déficits fiscais primários e uma elevação contínua da dívida líquida geral do governo".

"Nós agora temos a expectativa de que o déficit geral do governo suba para uma média de 8% do PIB em 2015 e 2016, antes de declinar para 5,9% em 2017, versus 6,1% em 2014. Não temos a expectativa de um superávit primário em 2015 ou em 2016. Uma carga de juros elevada (e em declínio lento), tendo em vista taxas de juro elevadas e o impacto de um real mais fraco nos swaps cambiais em poder do mercado, contribui para o déficit grande", afirma.

A S&P previu que a dívida do governo, descontados os ativos líquidos (sem incluir as reservas internacionais), vá crescer para 53% do PIB neste ano e para 59% no próximo ano, de 47% em 2014. A agência disse ainda que as perspectivas de crescimento para o Brasil são inferiores às de países em um estágio semelhante de desenvolvimento, apesar dos esforços do governo com o ajuste fiscal e a aproximação dos setores produtivos.

"Nós não vemos que estas medidas tenham melhorado o sentimento empresarial. Parece agora que o Brasil está mais longe de uma mudança para um crescimento positivo até que algumas incertezas políticas sejam resolvidas", diz a agência.

Rebaixamento do Brasil pela S&P reflete retrocesso fiscal, diz economista

10/09/2015 – Fonte: EM.com

O rebaixamento do grau de investimento do Brasil pela agência de classificação de risco Standard & Poor's (S&P) e a manutenção da perspectiva negativa para o rating do País são, segundo a economista-chefe da XP Investimentos e colunista do Broadcast (serviço de notícias em tempo real da Agência Estado), Zeina Latif, uma dupla resposta ao retrocesso da situação fiscal e econômica no último mês.

A S&P rebaixou o rating do Brasil de BBB- para BB+ e, mesmo assim, manteve a perspectiva negativa para o rating do Brasil. Zeina lembrou que, quando a agência colocou em negativa a perspectiva do Brasil, deixou bem claro que via esforço do país em promover o ajuste fiscal, mas que vislumbrava dificuldade na sua execução.

"Com o envio ao Congresso de um orçamento negativo, o governo confirmou a previsão da S&P de que o Brasil mostrava dificuldade de executar o ajuste fiscal", disse a economista. Para ela, o governo não encaminhou nenhuma medida que seria tomada para corrigir o orçamento deficitário.

De acordo com Zeina, se cogita elevar impostos para tentar melhorar o lado fiscal, mas o governo parece não saber por onde começar.

Hoje, em evento organizado pela Consultoria Falconi, fechado à imprensa, o ministro teria expressado sua preocupação com a possibilidade de perda do grau de investimento, disse ao Broadcast uma fonte que participou do encontro.

Na avaliação do economista-chefe da Garde Asset Management, Daniel Weeks, que esperava o downgrade para o final do ano, o rebaixamento do Brasil pela S&P para abaixo do grau de investimento - e com perspectiva negativa - veio bem antes do esperado e mostra que a situação do país é grave e que o governo está encurralado.

Segundo ele, a "gota d'água" para a tomada de decisão da S&P certamente foi a previsão de déficit de R\$ 30,5 bilhões em 2016, o que agravou uma situação já delicada desde as revisões das metas de superávit anunciadas em julho.

"Com a divulgação da previsão de déficit, a S&P refez as contas e percebeu que a trajetória do País não estava condizente com uma situação de investment grade", afirmou o economista.

Weeks lembrou que a S&P vem se antecipando às demais agências de classificação de risco e que em geral a Moody's não costuma demorar muito a se manifestar após uma movimentação da S&P.

Segundo o economista da Garde, o rebaixamento, somado à manutenção da perspectiva negativa, é uma indicação de que a situação do País continua bastante grave e que o governo não consegue avanços na redução da relação dívida/PIB principalmente devido ao imbróglio político.

"É uma indicação de que o governo está encurralado", afirma.

Na avaliação do economista da Garde, os mercados devem reagir de maneira bastante negativa nos negócios da quinta-feira, devido ao fato de a decisão ter sido tomada antes do esperado e a perspectiva ter se mantido negativa.

Crise faz 57% dos brasileiros mudarem hábitos de consumo

10/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Mais da metade dos brasileiros (57%) alterou hábitos de consumo ou planejamento financeiro e outros 27% devem alterá-los como reação a crise econômica pela qual o Brasil está passando.

Entre as mudanças mais adotadas estão pesquisar mais antes de comprar, adiar a aquisição de bens mais caros, mudança dos locais onde faz compra e redução de despesas da casa.

Mudança de hábitos - Crise faz brasileiro segurar gastos. O resultado faz parte de uma pesquisa feita pela CNI (Confederação Nacional da Indústria) com 2.002 entrevistados de todo o país para identificar como a crise econômica afeta a vida da população.

No levantamento, foram ouvidas 2.002 pessoas, em 141 municípios, entre os dias 18 e 21 de junho.

Na crise anterior, iniciada em 2008, o maior percentual dos que ajustaram seus gastos foi de 30% (março de 2009). Em dezembro de 2008 foi registrado o maior número dos que pretendiam fazer ajustes (27%).

O consumo de 11 entre 13 tipos de bens e serviços apresentados para avaliação dos entrevistados se reduziu nos últimos 12 meses. Os itens que apresentam maior redução são atividades de lazer, restaurantes e carne vermelha.

O estudo mostra que 16% das pessoas mudaram de residência para reduzir custos e 13% trocaram os filhos de escola privada para escola pública nos últimos 12 meses.

O recuo nos gastos é uma reação da população ao sentir em seu cotidiano os efeitos da crise econômica, na avaliação de Renato da Fonseca.

O gerente-executivo de Pesquisa e Competitividade da CNI, Na pesquisa, 59% dos entrevistados disseram ter perdido poder de compra nos últimos 12 meses.

"A queda no consumo é uma defesa. As pessoas estão sentindo o desemprego mais perto, vendo familiares próximos perdendo emprego. Também veem que os produtos ficaram mais caros enquanto têm dificuldade de pagar as contas."

Segundo Fonseca, produtos mais caros, como automóveis, foram os primeiros a serem alvo dos cortes de orçamento da população. Porém a redução dos gastos com itens básicos, como alimentos, indica a profundidade com que a crise vem sendo sentida.

As mulheres alteraram mais seus hábitos de consumo do que os homens. Enquanto 61% delas disseram ter mudado a rotina, 53% deles fizeram o mesmo.

Elas estão poupando mais do que eles. Com medo das dificuldades futuras, 78% das mulheres garantiram que estão economizando mais, contra 72% dos homens.

EMPREGO

A crise também deixou 76% dos brasileiros preocupados ou muito preocupados com o risco de perder o emprego ou de ter que fechar empresa da qual é sócio nos próximos 12 meses.

Quanto menor a renda, maior o medo. Entre os que possuem renda familiar de até um salário mínimo, 67% estão muito preocupados. No outro extremo, entre os que possuem renda acima de cinco salários mínimos, o percentual cai para 54%.

Em setembro de 2012, 33% estavam muito preocupados com a perda do emprego, percentual que passou para 62% em junho deste ano.

Um total de 44% das pessoas disse que alguém da família ficou desempregado nos últimos 12 meses.

Além disso, quase metade da população (48%) buscou trabalho extra no último ano. Em setembro de 2013, o percentual era menor, de 25%. Os que possuem salários menores também são os que mais recorrem a um segundo trabalho para complementar a renda.

Geração de empregos formais em 2014 foi a mais baixa em 15 anos

10/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



O Brasil criou 623,1 mil postos de trabalho em 2014, segundo dados apresentados pelo Ministério do Trabalho nesta quarta-feira (9). É o pior resultado em geração de vagas formais no país desde 1999.

Os dados fazem parte da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e incluem trabalhadores empregados sob o regime de CLT e funcionários públicos estatutários – regime especial para servidores, com estabilidade e sem contrato pela CLT.

Para celetistas, a elevação do emprego formal foi de 1,45% em 2014, com 580,6 mil novos postos. Já para estatutários, o crescimento foi de 0,47%, com 42,5 mil novas vagas preenchidas.

Segundo o Ministério do Trabalho, o resultado divulgado hoje está em linha com os dados mensais do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados), que registrou a criação de 416,5 mil vagas em 2014.

O ano de 2014 terminou com um total de 49,5 milhões de vínculos empregatícios no Brasil, aumento de 1,27% em relação ao resultado do ano anterior. A desaceleração nesta comparação é a pior desde 1998.

Para o ministro Manoel Dias, a desaceleração reflete um momento diferente do Brasil, não apenas na economia mas também na política.

"Claro que os momentos são diferentes. [Os números] são decorrentes de momentos econômicos e políticos que o país tem vivido. Mas o que importa é que o Brasil teve, na soma desses últimos anos, um recorde na produção e na criação de emprego", disse.

O setor de serviços e o comércio foram os grandes responsáveis pelo desempenho positivo do mercado de trabalho no período. O segmento de serviços criou 587,5 mil postos, enquanto o comércio criou 217 mil vagas.

Já os setores da indústria de transformação (encerramento de 121,7 mil postos) e de construção civil (76,8 mil vagas fechadas) colaboraram com a deterioração das estatísticas.

Na comparação regional, o Nordeste liderou a criação de novas vagas no país, com 206,2 mil novos postos. A região Sudeste ficou logo atrás, com 169,5 mil novos postos. A pior região foi a Centro-Oeste, com 54,3 mil.

A unidade federativa que registrou o maior saldo de empregos formais em 2014 foi São Paulo, com 87,1 mil novas vagas. O único Estado com fechamento de postos foi o Amazonas, com -1.491.

SALÁRIOS

A remuneração média real —descontada a inflação— dos trabalhadores apresentou um crescimento de 1,76%, chegando a R\$ 2.449,11, considerando sempre os meses de dezembro.

Nesta categoria, houve crescimento dos salários médios em todas as unidades federativas do país, exceto no Distrito Federal, que apresentou perdas de 2,14%.

Segundo Manoel Dias, a política de valorização do salário mínimo foi o principal motivo para a expansão do crescimento da renda média real dos trabalhadores.

"O aumento do salário mínimo serviu de base para a realização desses acordos [com as categoriais]. Só no governo Dilma, os trabalhadores em geral tiveram aumento de 11,29% acima da inflação", disse o ministro.

Também refletindo uma tendência do relatório de 2013, as mulheres tiveram um avanço salarial melhor que o dos homens. A remuneração média das trabalhadoras teve aumento real de 1,89%, contra 1,83% dos empregados do sexo masculino.

Na classificação por grau de instrução, houve queda na remuneração média para as pessoas que tem nível superior completo (-1,15%) e superior incompleto (-1,10%).

Senado ignora dificuldades no orçamento e renova frota disponível para parlamentares

10/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo



Em meio à discussão sobre corte de despesas no governo, senadores estão começando a circular com carro de luxo zero-quilômetro. Até amanhã, todos os 81 senadores terão trocado o Renault Fluence usado por um Sentra novíssimo, que custa em torno de R\$ 65 mil.

Com a substituição da frota, o Senado vai reajustar em 6,5% o contrato de locação de veículos à disposição dos parlamentares. O custo do aluguel dos carros vai aumentar R\$ 145 mil, passando dos atuais R\$ 2,23 milhões por ano para R\$ 2,37 milhões. Desde que a Casa Legislativa começou a alugar carros, em 2011, o contrato, que custava, inicialmente, R\$1,9 milhão ao ano, já aumentou 23%.

Os veículos usados pelos senadores estavam rodando desde 2013. A troca a cada dois anos está prevista no contrato com a LM Transporte, que presta o serviço para a Casa desde 2011. Já é a quarta renovação com a mesma empresa.

A LM fornece ao Senado um total de 128 veículos, sendo 81 modelo sedan médio voltados para os senadores, 41 caminhões, vans e utilitários para a administração, cinco veículos policiais, além de um carro para o presidente da Casa, Renan Calheiros.

Em nota divulgada ontem, a presidência do Senado justifica que a renovação

“apresentou-se vantajosa para a administração” e chega a ter custo 35% menor do que outros contratos de locação assinados por outros órgãos públicos federais. Também apontou que, antes da renovação, em fase final de assinatura, foi feita pesquisa de preços que verificou que valores para a locação de veículos similares estavam 45% superiores ao pago pela Casa Legislativa. Segundo a assessoria, a troca dos carros não representa custo ao Senado.

Desde 2011, o sistema de funcionamento da área de transportes do Senado mudou. Até então, a Casa mantinha frota própria. Os carros, que tinham, em média, oito anos, foram leiloados em 2012 por R\$ 1 milhão, dinheiro revertido aos cofres públicos.

O modelo foi substituído pelo aluguel, passando para a locadora a responsabilidade pela manutenção, seguro e documentação dos veículos. A presidência justifica que a mudança já representou economia de R\$ 2,6 milhões.

Além do aluguel do veículo, cada senador ainda tem direito a 300 litros de gasolina ou 420 litros de álcool por mês. A cota é usada para rodar apenas no Distrito Federal. Gastos com combustível nos estados podem ser custeados com recursos da verba indenizatória.

Os parlamentares também são autorizados a contratar um motorista para ocupar cargo comissionado, com salário de R\$ 3.707,79. O presidente do Senado também tem o benefício de mais dois veículos, atualmente, um Hyundai Azera, que custa em torno de R\$ 150 mil.

Lay-off: uma oportunidade para empresas e escolas

10/09/2015 – Fonte: Folha de S. Paulo

Em tempos de crise, transformar os percalços em oportunidades é o que faz a diferença para a superação. Nos últimos meses, o Brasil tem enfrentado uma situação econômica difícil e uma crise política que tem desmotivado os brasileiros, reduzindo a confiança no país. Recessão, volta da inflação, aumento do desemprego, alta do dólar são notícias que têm tomado conta dos noticiários. Diante desse cenário, como encontrar oportunidades?

Para empresas que estão com mão de obra excedente em função da queda nas vendas, uma alternativa é o lay-off, uma suspensão temporária dos contratos de trabalho, regulamentada pelo Ministério do Trabalho e que deve ser negociada com os respectivos sindicatos.

Durante o lay-off, as empresas podem reduzir a jornada de trabalho e o salário até o limite de 25% ou aproveitar essa suspensão temporária para requalificar as suas equipes. E é essa segunda opção que consideramos a grande oportunidade para enfrentamento desse momento de recessão.

O que consideramos como grande vantagem nesse modelo de enfrentamento da crise é que a empresa que o adota consegue se ajustar à redução de demanda, reduzindo os seus custos e, tão logo o cenário econômico do país melhore e a economia volte a crescer, a empresa readquire rapidamente a sua capacidade produtiva.

Ao estimular as instituições de educação a ofertar o ensino técnico subsidiado, o governo federal provocou um esvaziamento dos cursos técnicos pagos.

Por outro lado, os colaboradores de empresas que adotam esse modelo têm como grande vantagem o incremento na sua capacitação, especializando-se e aumentando suas possibilidades de permanecer na vaga ou ocupar uma nova posição dentro ou fora da empresa atual.

Para as instituições de ensino, capacitar esses trabalhadores também é uma oportunidade de enfrentamento de crise. Considerando as características da necessidade de qualificação de mão de obra para a indústria, temos como instituições que oferecem esse serviço basicamente as mesmas que sofreram com os cortes realizados pelo governo federal no Programa Nacional de Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Ao estimular as instituições de educação a ofertar o ensino técnico subsidiado, o governo federal provocou um esvaziamento dos cursos técnicos pagos. E, com a descontinuidade dessa política educacional, reduzindo drástica e repentinamente os subsídios, muitas escolas tiveram de se readequar, cancelando a oferta de determinados cursos e demitindo professores.

Porém, nessas escolas está um know-how que pode, nesse momento, ser um grande aliado das indústrias por meio do lay-off. Cursos customizados e custos negociáveis são condições que tornam essa modalidade de enfrentamento da crise interessante para ambos: escola e indústria. Outro ganho para a escola é a proximidade com o mercado, que permite a oferta de cursos cada vez mais ajustados à real necessidade do mercado.

Os exemplos dessa aliança vantajosa para ambos os lados já começam a surgir. Várias empresas e escolas já estão se unindo, trocando conhecimento e se fortalecendo para superar esse momento difícil para a economia brasileira, mas certamente passageiro.

Diogo Richartz Benke é diretor corporativo de Cursos Técnicos do Grupo Marista e diretor geral do Tecpuc.

Indústria foi o setor com pior desempenho de empregos em 2014

10/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A indústria foi o setor com o pior desempenho na geração de empregos formais em 2014, informou nesta quarta-feira, 9, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) em apresentação da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). No ano passado, o setor fechou 121,7 mil vagas.

De acordo com o MTE, houve queda em 11 das 12 áreas que integram a indústria de transformação. O único ramo com desempenho positivo foi o da indústria de produtos alimentícios, com crescimento de 2,2%.

O levantamento mostra, entretanto, que cinco dos oito setores da economia apresentaram saldo positivo no ano passado. O destaque ficou com o setor de serviços, que criou 587 mil vagas, seguido do comércio, que abriu 217 mil novos postos.

Regiões

Na separação regional, o Nordeste apresentou o melhor resultado, com a abertura de 206 mil vagas em 2014. O Sudeste ficou na segunda posição, tendo criado 169 mil empregos, seguido da região Sul, com 135 mil vagas. O Norte teve saldo positivo de 58 mil empregos e o Centro-Oeste gerou 54 mil vagas.

Os Estados que mais criaram empregos em 2014 foram São Paulo (87 mil), Santa Catarina (63 mil), Bahia (57 mil) e Ceará (56 mil). A única unidade federativa que fechou vagas no ano passado foi o Amazonas, com menos 1,5 mil postos formais.

Com relação à remuneração dos trabalhadores de cada Estado, o Distrito Federal aparece na liderança dos maiores salários do País, com média de R\$ 4.384,44 em dezembro do ano passado. O segundo lugar ficou com Rio de Janeiro, que apresentou remuneração média de R\$ 2.901,73, seguido do Amapá (R\$ 2.856,38) e de São Paulo (R\$ 2.740,42). A

pior remuneração do país foi recebida pelos trabalhadores do Ceará, que tiveram rendimento médio mensal de R\$ 1.779,11.

Política monetária tem de manter vigilância diante de maior prêmio de risco, diz ata do Copom

10/09/2015 – Fonte: Reuters

O Banco Central informou que "elevações recentes de prêmios de risco, que se refletem nos preços de ativos" exigem que a política monetária se mantenha vigilante em caso de desvios significativos das projeções de inflação em relação à meta, segundo ata do Comitê de Política Monetária (Copom) divulgada nesta quinta-feira.

No texto, a autoridade monetária apontou que o cenário de convergência da inflação a 4,5 por cento pelo IPCA no final de 2016 tem se mantido "apesar de certa deterioração no balanço de riscos", alterando avaliação de que cenário vinha se fortalecendo.

Na semana passada, o BC encerrou o ciclo de aperto monetário iniciado em outubro de 2014 ao manter a Selic em 14,25 por cento ao ano, reforçando a sinalização de que a taxa básica de juros permanecerá nesse patamar por período prolongado.

Divisão de caminhões da Volks forma nova equipe

10/09/2015 – Fonte: Exame



A Volkswagen anunciou a equipe de administração em seu novo grupo de caminhões, dando outro passo rumo a seu objetivo de se tornar uma força mundial na fabricação de caminhões.

Em maio, a companhia revelou planos para concretizar a fusão desejada há muito entre suas marcas de veículos comerciais pesados MAN SE e Scania para melhorar as sinergias entre elas.

Nesta quarta-feira, a VW disse que o chamado conselho da divisão de caminhões de nove membros foi completado e que assumirá seus deveres dois meses depois que o conselho de supervisão de 12 membros for montado.

"Vamos aproximar as unidades, intensificar a presença global e fortalecer nossas marcas", disse Andreas Renschler, presidente-executivo da nova holding de ônibus e caminhões da VW.

Os recém-indicados membros do Conselho de Administração incluem os presidente-executivos da unidade da MAN na América Latina, de sua principal divisão de caminhões e da sueca Scania, disse a VW.

Gerdau reajusta preços de aços longos, dizem fontes

10/09/2015 – Fonte: Exame



A Gerdau comunicou aos distribuidores de produtos siderúrgicos um aumento de cerca de 15 por cento nos preços de toda a sua linha de aços longos, afirmaram três fontes do mercado distribuidor nesta terça-feira.

A notificação do reajuste ocorreu entre o fim de agosto e o início deste mês, afirmaram as fontes, ressaltando que o movimento ainda não foi acompanhado por siderúrgicas rivais, como a CSN.

"Aumentaram em 15 por cento toda a linha (de longos). Só eles aumentaram", afirmou o gerente de vendas de uma grande distribuidora de aço do Estado de São Paulo. "O mercado não tem como absorver isso", afirmou a fonte, falando sob condição de anonimato.

Procurada, a Gerdau não comentou o assunto.

Segundo uma outra fonte do mercado distribuidor, a Gerdau também promoveu um reajuste ao redor de 7 por cento em produtos planos, segmento relativamente novo de negócios para a companhia, tradicional produtora de aços longos como vergalhões.

"Aumentaram os preços dos aços planos porque estavam defasados (em relação aos preços da concorrência)", disse essa fonte. Apesar da economia doméstica estar em recessão, os reajustes de preços da Gerdau, maior produtora de aços longos das Américas, acontecem em um momento em que a forte desvalorização do real ante o dólar dificulta a entrada de produtos siderúrgicos importados no Brasil.

Distribuidores de aços planos amargaram em julho o nível mais baixo de vendas para o mês desde 2006, o que fez a entidade que representa o setor, a Sindisider, piorar suas expectativas para o ano. Os estoques terminaram julho suficientes para quatro meses de vendas, quando o ideal seria de 2,5 a 2,8 meses.

"Não tem clima para isso (reajuste de preços) diante da situação de desaquecimento da economia do país", disse um terceiro distribuidor de aços longos. "Não adianta forçar agora que não vou comprar", acrescentou.

Na mesma linha, analistas do BTG Pactual afirmaram em nota a cliente que as condições muito fracas do mercado vão retardar a implementação dos reajustes pela Gerdau. "Os estoques na cadeia ainda estão muito altos", afirmou a equipe do BTG.

Na bolsa paulista, as ações da Gerdau e da CSN fecharam em alta de 3,29 e de 5,71 por cento, respectivamente. A notícia sobre o reajuste da Gerdau foi publicada mais cedo pela Agência Estado

Divisão espanhola da Volks gastará 3,3 bi de euros até 2019

10/09/2015 – Fonte: Exame



A divisão espanhola da Volkswagen, a Seat, vai gastar 3,3 bilhões de euros entre 2015 e 2019 em equipamentos, fábricas e pesquisa e desenvolvimento, anunciou o grupo alemão nesta terça-feira.

A marca vai lançar quatro novos modelos durante os próximos dois anos, disse a VW em comunicado, após uma visita do primeiro-ministro espanhol, Mariano Rajoy, à fábrica da Seat em Martorell.

Intenção de investimentos da indústria cresce 3,6%, diz FGV

10/09/2015 – Fonte: Exame



O Indicador de Intenção de Investimentos da Indústria, medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), avançou 3,6% no terceiro trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior.

Apesar da melhora, o índice ainda indica que o número de empresas prevendo diminuir investimentos nos próximos 12 meses é maior que a quantidade de empresas que esperam aumentar os investimentos.

A parcela das empresas que preveem investir mais no futuro passou de 18% no segundo trimestre para 19% no terceiro trimestre.

Já o percentual de empresas que estimam investir menos caiu de 35% no segundo trimestre para 33% no terceiro trimestre.

Segundo a FGV, a alta do indicador na passagem do segundo para o terceiro trimestre é discreta se comparada às quedas observadas nos seis trimestres anteriores.

A intenção de investimentos caiu 33% desde o quarto trimestre de 2013.

Locadoras usarão autorizadas se houver preço

10/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Pacotes com preço fixo e programas de manutenção são o caminho para que as locadoras de automóveis utilizem mais as redes autorizadas.

“Precisamos que se pratiquem menores margens em peças e serviços”, afirmou Carlos Rigolino Júnior, vice-presidente da Associação Brasileira das Locadoras de automóveis (Abla). A entidade realiza na cidade de São Paulo até o dia 10 o 12º Fórum Nacional da indústria de Aluguel de Automóveis.

As montadoras já arredondam estratégias desse tipo: “Teremos planos de manutenção para frotistas. Vamos lançar em outubro”, afirma o diretor da Renault para vendas a empresas, Alexandre Oliveira. Segundo o executivo, além de condições especiais será possível parcelar o serviço pelo banco da montadora.

“Os planos de manutenção são um modelo a ser seguido”, ressalta Alarico Assumpção, presidente da Fenabrave, entidade que reúne as associações de concessionários.

“A VW já pratica descontos diferenciados para associados da Abla e tem investimento focado em pós-venda”, afirma o supervisor de grandes contas e governo da Volkswagen, Fábio Campos.

O executivo recorda ainda que o Banco VW tem financiamentos específicos para veículos usados, “que fazem essa cadeia girar”. Campos se refere à necessidade que as locadoras têm de revender seus seminovos.

A Renault apoia a iniciativa: “Temos atenção a esse aspecto. Estamos fortalecendo os programas de seminovos e nosso banco está se estruturando para isso”, diz Oliveira.

FALTA DE PEÇAS PREOCUPA LOCADORES

Durante o fórum, os debatedores foram questionados pela plateia sobre a falta de peças que às vezes imobiliza um veículo: “A Fenabrave e o Sindipeças discutem o problema. Temos trabalhado para eliminar esse desconforto”, garante Assumpção.

Sobre o assunto, Campos, da VW, rebate: “O que não houver na revenda em estoque, providenciamos o faturamento em 24 horas.”

Segundo Oliveira, da Renault, a montadora criou há três meses um SAC corporativo: “Ele tem ligação direta com a fábrica, que interfere no concessionário para o envio da peça.

” O executivo recorda ainda que um novo centro de peças três vezes maior que o atual vem sendo construído.

Com Sandero RS, Renault aposta no contrassenso

10/09/2015 – Fonte: Automotive Business



Confiante em agregar algo como 2 mil vendas anuais à linha Sandero, a Renault começou a vender este mês a versão esportiva RS do hatch, com motor flex 2.0 aspirado de 150 cavalos e torque de 20,9 kgfm que, aliado ao câmbio manual de seis marchas e diversas modificações mecânicas e aerodinâmicas, pode fazer o carro ir de 0 a 100 km/h em oito segundos e chegar à máxima de 202 km/h. A ideia é oferecer um “esportivo atingível” por quase R\$ 60 mil, já que não existem opções de modelos de alto desempenho por menos de R\$ 100 mil no mercado brasileiro.

Mas também parece um contrassenso lançar um compacto envenenado de fábrica com carroceria popular, com alto consumo de combustível (a Renault não informa sua medição porque alega não ter inscrito o RS no Compet/Inmetro) e maior quantidade de componentes importados (motor e câmbio vêm da França), justamente no momento em que a legislação brasileira, via Inovar-Auto, exige das montadoras aumento de compras locais e maior eficiência energética. Porém, para a Renault, parece valer a pena: “Vale porque traz muito valor à marca”, diz Bruno Hohmann, diretor de marketing da fabricante no Brasil.

O Sandero RS é o primeiro modelo desenvolvido pela divisão de alto desempenho da montadora, a Renault Sport, fabricado fora da França. Nada de mais, já que só na América Latina os modelos da romena Dacia, que pertence à montadora francesa, são produzidos com a marca Renault.

Portanto, apesar de ter sido desenvolvido pela engenharia da Renault Sport em conjunto com engenheiros sediados na subsidiária brasileira, a versão RS do Sandero é mais uma jabuticaba, fruta típica do País, só para consumo interno.

Por isso o modelo será vendido apenas no próprio Brasil, na vizinha Argentina, México e talvez alguns outros países sul-americanos. Isso porque esse tipo de oferta que tenta transformar modelo popular em carro de alto desempenho não encontra fregueses em países europeus, onde existem opções com melhor acabamento e desempenho superior, quase todas com motores turbinados que privilegiam a economia sem perda de performance – a começar pela própria Renault que desenvolveu e vende na Europa versões RS apimentadas do Clio 1.6 com 200 cv e Mégane 2.0 de 275 cv, ambas com turbo e câmbio automático de dupla embreagem e seis velocidades. Em 2014 a Renault vendeu 37 mil carros RS.

PREPARAÇÃO ESPORTIVA

“O Brasil tem história de versões esportivas (de modelos convencionais) e os brasileiros gostam disso, mas depois da abertura do mercado nos anos 90 ficaram sem essas opções. No máximo foram lançados carros comuns com uma sigla esportiva. Há dois anos a Renault começou a estudar esse mercado e descobriu que existe espaço. Por isso decidimos desenvolver e lançar uma versão esportiva verdadeira”, explica Hohmann.

“O público para esse carro é formado essencialmente por homens na faixa dos 28 a 35 anos, que são apaixonados por carros e desempenho, até em videogames, mas que até

agora não tinham uma opção por esse valor no mercado brasileiro”, acrescenta o diretor de marketing.

De fato, não é apenas uma sigla o RS estampado logo abaixo do losango Renault na grade dianteira do Sandero – e também na tampa traseira, no volante e nos encostos de cabeça. A engenharia da Renault Sport precisou trabalhar duro para introduzir alguma esportividade a um modelo comum.

O projeto consumiu 120 mil horas de desenvolvimento e foi conduzido por 75 engenheiros, que testaram 30 protótipos em 250 mil km por estradas da Argentina, França, Espanha e do Brasil.

A suspensão da versão RS foi redesenhada para garantir maior estabilidade, o centro de gravidade do veículo está 26 milímetros mais baixo, as molas e as barras estabilizadoras são mais rígidas do que no Sandero convencional.

Foram instalados parrudos freios a disco nas quatro rodas, capazes de fazer o carro parar de 100 a 0 km/h em 37,4 metros.

O Sandero RS também conta com controle eletrônico de estabilidade e tração (ESP com ASR) e direção assistida eletro-hidráulica, que isola o volante do motor e não rouba potência.

Por meio de um botão no console central, o motorista pode escolher três modos de condução: Standard, com ESP e ASR ligados; Sport, que mantém o ESP ativo mas altera o mapeamento eletrônico de injeção e deixa o carro mais “esperto”; e o Sport+, que desliga ESP e ASR para deixar o carro totalmente na mão do piloto.

Para tirar um pouco mais de potência do motor 2.0 aspirado, o coletor de admissão foi aumentado em 20%, assim como a pressão de injeção de combustível foi elevada em 20%, e a central eletrônica de gerenciamento (ECU) foi remapeada para privilegiar o desempenho.

Pelo mesmo motivo o câmbio manual de seis marchas teve as relações bastante reduzidas, exigindo trocas mais constantes, e a velocidade máxima de 202 km/h só é atingida em sexta marcha.

O escapamento foi reprojetoado para manter a compressão do motor mais alta e apresentar ronco esportivo. Os pneus são especialmente fornecidos pela Continental, em duas opções de alta performance: Conti Power Contact 195/55 para as rodas de série de 16 polegadas, ou o Contact 3 205/45 para as rodas de 17 polegadas, o único opcional da versão RS, que acrescenta R\$ 1 mil ao preço básico de R\$ 58.880.

O Sandero RS também recebeu a cosmética esportiva por dentro e por fora. O visual externo se diferencia das outras versões principalmente pelas luzes de LED na dianteira, aerofólio maior, saias e para-choques com design exclusivo, faixas pretas pintadas nas laterais com a inscrição “Renault Sport” e o logo RS na grade frontal e na tampa traseira.

Na cabine, o volante revestido em couro é o mesmo do Clio RS vendido na Europa, enquanto os bancos têm faixas branca e vermelha e desenho anatômico que acolhe melhor os ocupantes nas curvas.

O pacote de equipamentos é completo, incluindo a central multimídia com navegador Media Nav, ar-condicionado eletrônico e acionamento elétrico de travas e vidros – que por mesquinha de fábrica não tem função de levantamento automático com um toque, como tem a maioria dos carros nessa faixa de preço.

É UM RS, MAS É UM SANDERO



Crise de identidade: a assinatura RS está em todos os detalhes do modelo, mas em nenhum lugar aparece o nome Sandero

Na prática, rodando por estradas do interior paulista e em uma pista de corrida, o Sandero RS é de fato bastante esperto, tem acelerações e retomadas fortes, entra justo e estável nas curvas, mas tudo dentro dos limites de um carro com motor de 150 cavalos.

O acabamento interno de painel e portas segue sendo bastante simples. Ou seja, apesar do bom trabalho da engenharia, o RS brasileiro continua a ter as limitações um Sandero.

Talvez por isso mesmo o nome Sandero foi estrategicamente removido da tampa traseira do veículo, onde só consta RS de um lado e Renault Sport de outro, quase que como se a divisão ficasse constrangida em colocar sua sigla ao lado de um modelo de baixo custo.

“O foco foi manter a identidade esportiva em primeiro plano”, justifica Hohmann. Ao menos por enquanto, é o máximo da esportividade que a indústria automotiva brasileira consegue oferecer por R\$ 60 mil.

GT LINE: OPÇÃO COSMÉTICA



Sandero GT Line só tem fantasia esportiva

Ao mesmo tempo que lança o RS, a Renault também começa a vender em suas concessionárias o Sandero GT Line, com o mesmo motor 1.6 de 106 cavalos e câmbio manual de cinco marchas que equipa as demais versões do modelo.

Sai por R\$ 48.990 e não tem opcionais, vem completo, com nível de equipamentos igual ao da versão Dynamic, mas custa cerca de R\$ 2,5 mil a mais que esta. Tudo para ter um

carro com visual esportivo parecido com o do RS, mas sem nenhuma esportividade real, é só fantasia.

A Renault estima que o visual esportivo deverá atrair cerca de 300 clientes por mês, 3,6 mil por ano, mas neste caso não serão só consumidores novos, como se espera do RS. Parte considerável da clientela deverá vir de pessoas que originalmente iriam comprar o Sandero Dynamic, avalia Hohmann.

Com a chegada das opções RS e GT Line, a linha Sandero agora passa a contar com 11 versões, três 1.0, quatro 1.6 manual, três 1.6 com câmbio automatizado e uma 2.0, com preços que vão de R\$ 37,8 mil a R\$ 58,9 mil.

De janeiro a agosto deste ano o Sandero foi o oitavo automóvel mais vendido do País, com 51,9 mil unidades emplacadas, o que representou retração de 13% sobre os quase 60 mil comprados no mesmo período de 2014, quando o carro era o nono mais emplacado. O modelo é o campeão da Renault, que vendeu 95,4 mil Sandero no ano passado ou 40% do total vendido pela marca.

Volkswagen anuncia novos nomes para a diretoria da Truck & Bus

10/09/2015 – Fonte: Automotive Business



O Grupo Volkswagen concluiu a formação da diretoria da Volkswagen Truck & Bus, que coloca sob o mesmo guarda-chuva corporativo as três fabricantes de veículos comerciais da companhia: MAN Truck & Bus, MAN Latin America e Scania. A divisão terá como CEO Andreas Renschler, acompanhado de Matthias Gründler na função de CFO.

O time é completo por Antonio Roberto Cortes, que mantém sua função de CEO da MAN Latin América; Joachim Drees, CEO da MAN Truck & Bus e Per Hallberg, CEO da Scania. A companhia nomeou ainda os diretores para as funções principais, que ficarão responsáveis por intensificar a cooperação entre as companhias.

Ulf Berkenhager cuidará da área de suprimentos; Anders Nielsen, do desenvolvimento de novos negócios; Josef Schelchshorn ficará com recursos humanos e Lars Stenqvist conduzirá pesquisa e desenvolvimento (P&D).

A empresa destaca que os nove executivos formam o chamado Truck Board, time responsável pelas grandes decisões da holding. "É importante unirmos em nossa equipe enxuta personalidades internacionais, integradas e com excelência", apontou Renschler em comunicado distribuído pela companhia.

Até o fim do ano a sede da empresa será instalada na cidade de Braunschweig, na Alemanha, próxima da matriz do Grupo, que fica em Wolfsburg. A atuação acontecerá em parceria com a sede das marcas instaladas em Munique, em Södertälje e em São Paulo.

O objetivo é que a holding faça uma gestão eficiente do negócio, com integração entre as unidades com o objetivo de aumentar a presença das marcas globalmente. A unificação

dos negócios de veículos comerciais pesados em uma só divisão foi decidida em maio de 2015. Na época foi criada uma equipe de trabalho comandada por Andreas Renschler para o desenvolvimento do empreendimento.

Perfil do consumidor ditará o rumo da indústria

10/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A mudança de perfil do consumidor deve determinar o futuro da indústria automobilística e também das locadoras de automóveis. É nisso que acredita Luiz Moan, presidente da Anfavea, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

“O futuro será marcado por novas modalidades de financiamento e uso. O leasing operacional terá grande espaço, como ocorre nos Estados Unidos”, afirmou Moan durante o 12º Fórum Nacional da Indústria de Aluguel de Automóveis. O evento é realizado pela Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (Abla) na cidade de São Paulo e vai até 10 de setembro.

“Se ser dono (do veículo) não for mais importante para o brasileiro abre-se um grande filão para as locadoras”, disse Moan a respeito da modalidade operacional de leasing, em que as locadoras ofereceriam automóveis em forma de aluguel, mas por períodos mais extensos. No fim do contrato, o cliente teria a opção de compra, devolução ou renovação do contrato. “O mundo automotivo como conhecemos hoje mudará de acordo com a cultura do consumidor.

Durante o encontro, locadores e concessionários falaram também da necessidade atual de reduzir custos para manter a operação viável e da maior dificuldade de renovação da frota pelo menor volume de locações.

Toyota Hilux conquista 5 estrelas no Latin NCAP

10/09/2015 – Fonte: Automotive Business



A nova Toyota Hilux conquistou nota máxima na mais recente bateria de testes do Latin NCAP, programa que afere a segurança dos carros novos vendidos na América Latina. Foi a primeira vez que a iniciativa avaliou picapes.

O modelo da marca japonesa alcançou as almeçadas cinco estrelas em proteção para os ocupantes adultos e quatro estrelas para crianças.

O veículo submetido aos testes é da nova geração da Hilux, produzida na Tailândia e ainda não lançada no Brasil. O modelo, que já é oferecido em alguns mercados da América Latina, deve começar a ser produzido na Argentina ainda em 2015. A versão local também será submetida a avaliação do Latin NCAP quando chegar ao mercado.

Como resultado desta primeira avaliação, a entidade constatou que a picape, que tem três airbags já na configuração mais básica, conta com estrutura robusta e foi capaz de proteger os ocupantes nos testes de impacto frontal e lateral. Além das bolsas de ar, a lista de itens de segurança da versão de entrada do modelo inclui freios ABS e lembrete do uso de cinto de segurança.

HYUNDAI GRAND I10

O Latin NACAP também avaliou nesta bateria o Hyundai Grand i10, produzido na Índia e vendido na América Latina apenas no mercado chileno. O modelo também é oferecido na Argentina, mas em outra versão, com mais itens de segurança.

Os resultados dos testes do veículo comercializado no Chile, segundo a entidade, foram decepcionantes. O modelo não conquistou sequer uma estrela em proteção ao ocupante adulto. O resultado também foi mal em segurança para crianças, com duas estrelas.

O veículo não atende às normas brasileiras de segurança, já que não conta com airbags. Também não há ancoragens Isofix para cadeirinha infantil. A entidade classificou a estrutura como instável e apontou que, mesmo se fosse equipado com airbags – como é a versão argentina – não garantiria a proteção adequada.

"Em comparação com o mesmo modelo testado pelo Euro NCAP, foram encontradas claras diferenças de equipamento", destacou a entidade em comunicado, citando airbags, Isofix, controle eletrônico de estabilidade (ESC) e estrutura estável, aspectos que garantiram quatro estrelas ao carro nos testes europeus.

"De um lado, é muito gratificante e alentador conhecer os resultados obtidos pela Toyota Hilux, demonstrando o compromisso e preocupação pela segurança dos usuários. De outro, é muito preocupante e triste saber que o Hyundai Grand i10, oferecido na América Latina, é diferente - no tocante à segurança - ao comercializado na Europa", avaliou María Fernanda Rodríguez, presidente da diretoria do Latin Ncap ao anunciar os resultados.

Inflação cai para 0,22% em agosto

10/09/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Com a queda de preços da energia elétrica e das passagens aéreas, e sem a pressão dos alimentos e bebidas, a inflação oficial desacelerou em agosto. O IPCA foi de 0,22% no mês, desacelerando na comparação com os 0,62% apresentados em julho deste ano e com os 0,25% do mesmo mês do ano passado.

É a menor taxa de inflação deste ano e a menor taxa para meses de agosto desde 2010 (0,04%), segundo dados divulgados pelo IBGE na manhã desta quinta-feira (10).

Com o resultado um pouco melhor do que em agosto de 2014, o índice de 12 meses desacelerou, ainda que modestamente, pela primeira vez em 2015: de 9,56% em julho para 9,53% em agosto.

O IPCA continua, porém, bem acima do centro da meta de inflação do governo, que é de 4,5% ao ano com margem de tolerância de dois pontos percentuais para mais ou menos. De janeiro a agosto, a inflação acumula 7,06%, segundo o IBGE. É a taxa mais elevada

para o período desde 2003 (7,22%). Os preços administrados foram os principais responsáveis por isso, sobretudo energia elétrica.

A expectativa de que a inflação vai começar a ceder este ano levou o Banco Central (BC) a interromper a sequência de sete altas e manter a taxa básica de juros (Selic) em 14,25% ao ano no início deste mês. A taxa de juros é o instrumento utilizado pelo Banco Central para manter a inflação sob controle ou para estimular a economia.

Nesta quarta-feira (9), porém, a agência de classificação de risco Standard & Poor's rebaixou o rating (nota de avaliação de risco) do Brasil de BBB- para BB+, retirando o selo de bom pagador do país.

Os analistas avaliam nesta quinta-feira as consequências disso para o câmbio e, conseqüentemente, para a inflação. O repasse do câmbio para preços de produtos e serviços não é imediato

BNDES aprova R\$ 1 bilhão para projetos de energia eólica no CE, RN e RS

10/09/2015 – Fonte: CIMM

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aprovou três operações, no valor total de R\$ 1,07 bilhão, para três complexos de energia eólica nos Estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

São dois financiamentos de longo prazo: R\$ 652,5 milhões ao Complexo de Itarema (CE) e R\$ 273 milhões para o complexo Vamcruz, em Serra do Mel (RN). Ambos os projetos, estruturados na modalidade de project finance, integram o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O projeto de Itarema terá potencial instalado de 207 MW. Ele é composto de nove parques eólicos que serão concluídos em duas fases. A primeira, com quatro parques, entra em operação em fevereiro e a segunda, com cinco, em setembro de 2016.

Cada parque é uma sociedade de propósito específico (SPE), atendendo ao especificado na linha BNDES Project Finance. Para cada uma foi feita uma operação nessa modalidade, em que o pagamento é calculado com base no fluxo de caixa das empresas.

Todas as SPEs pertencem à Itarema Geração de Energia S.A., controlada integralmente pela Rio Energy Fundo de Investimento, braço para investimento em energias renováveis da Denham Capital, gestora de private equity sediada nos EUA.

Durante a construção devem ser criados 2,4 mil empregos diretos e 2,5 mil indiretos. No empréstimo foram previstos R\$ 3,5 milhões para aplicação em projetos sociais no entorno do complexo eólico. Os projetos ainda serão definidos.

Já o Complexo Vamcruz, em Serra do Mel (RN), é controlado por uma holding de mesmo nome dona de quatro parques eólicos que devem gerar, no total, 93 MW. A holding é formada pela Centrais Hidroelétricas do São Francisco (Chesf), que tem 49%, pelo francês Grupo Voltalia, que tem 25,6%, e pela Encalso Construções Ltda, do Ceará, com 25,4%. Na construção, devem ser criados 60 empregos diretos e 605 indiretos.

Como parte da operação, foram aprovados R\$ 3 milhões que devem ser usados em iniciativas sociais no entorno do empreendimento. Uma parcela desses recursos apoiará a expansão de projeto de abastecimento de água para consumo humano e agricultura de subsistência na zona rural dos municípios de Areia Branca e Serra do Mel, realizado com apoio da Embrapa.

Empréstimo-ponte

O BNDES também aprovou empréstimo-ponte no valor de R\$ 144,9 milhões para a implantação de 12 usinas eólicas e o sistema de transmissão do Complexo de Hermenegildo, nos municípios de Santa Vitória do Palmar e Chuí, no Rio do Grande do Sul.

O empréstimo-ponte visa agilizar a realização de investimentos por meio da concessão de recursos no período de estruturação da operação de longo prazo. Os pedidos de empréstimos-ponte foram apresentados pelas quatro SPEs constituídas pela Eletrosul em sociedade com a Renobrax para construir e operar as usinas.

As SPEs do Complexo de Hermenegildo venceram o Leilão de Energia Nova, de novembro de 2013. Com isso, podem firmar Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR) que garantem compra por 20 anos. Esses contratos são reajustados anualmente pelo IPCA.

As usinas terão potencial de 180,79 MW e utilizarão 101 equipamentos cadastrados seguindo os critérios da Nova Metodologia de Credenciamento de Aerogeradores, lançada pelo BNDES em dezembro de 2012.

A metodologia visa aumentar progressivamente o conteúdo local das unidades geradoras, por meio da fabricação no País de componentes com alto conteúdo tecnológico e uso intensivo de mão de obra. Durante a construção, serão gerados 700 empregos diretos e 1.200 indiretos. Após a conclusão serão 50 diretos e 100 indiretos.

Meia Itaipu

Entre 2003 e agosto deste ano, os recursos do BNDES ajudaram a acrescentar 70% da capacidade de geração eólica do Brasil, hoje estimada em 6,5 MW. A cifra equivale a quase meia usina de Itaipu.

Indústria naval demite 14 mil trabalhadores no primeiro semestre

10/09/2015 – Fonte: CIMM

A indústria naval sente os efeitos da crise que atingiu a Petrobras. As demissões no setor têm os piores números em mais de uma década. Ao todo, 14 mil trabalhadores perderam o emprego no primeiro semestre.

Poucos setores da economia cresceram tanto nos últimos anos. No embalo do pré-sal, as encomendas da Petrobras agitaram os estaleiros. Mas aí vieram os escândalos de corrupção, a Operação Lava Jato, a desvalorização do barril de petróleo no mercado internacional. Tudo isso atingiu em cheio o setor naval.

A Petrobras cortou plataformas do seu plano de investimentos e pela primeira vez em 15 anos houve mais demissões do que contratações.

Depois de nove anos empregado como soldador, Odair Francisco da Silva foi dispensado do Estaleiro Mauá, em Niterói, junto com outros 3,3 mil metalúrgicos. “Três meses sem salário, tive problemas seríssimos: minhas dívidas, cartões, conta de luz atrasada, cortaram. Não recebi meus direitos até agora”, conta.

Trabalhadores já foram às ruas protestar contra a empresa. “Nós temos no Estaleiro Mauá três embarcações paradas por causa da briga entre a Transpetro e o Estaleiro. E com isso a demissão dos 3,5 mil trabalhadores que continuam do lado de fora sem suas rescisões de contrato de trabalho”, diz o presidente do Sindicato de Metalúrgicos de Niterói, Edson Rocha.

Ao todo, 14 mil trabalhadores foram dispensados no primeiro semestre no Brasil, principalmente no estado do Rio, que concentra 15 dos 25 principais estaleiros do país e metade da mão de obra nacional.

Fim do expediente em um estaleiro em Niterói e os trabalhadores voltam apreensivos para casa. No início do ano, eram 12 mil metalúrgicos empregados nos nove estaleiros da cidade. Hoje, esse número foi reduzido praticamente à metade. Segundo o sindicato da categoria, há projetos encomendados até janeiro do ano que vem. Depois disso, se a situação não mudar, novas demissões poderão acontecer.

No auge, em 2013, o estaleiro chegou a ter mais de 5 mil empregados entre contratados e terceirizados. Hoje o número caiu para 2,1 mil funcionários.

A empresa vai concluir dois projetos de construção de plataformas flutuantes e depois não há previsão de novos contratos. A direção já planeja mais demissões. "Nós vamos ficar com equipe de 600, 700 no máximo de pessoal para concluir o trimestre que vem. Tudo nasce com a falta de investimentos da Petrobras, que secou", afirma o gerente geral do Estaleiro Brasil, Ivan Fonseca.

O soldador Marcos Vinicius Cardoso também perdeu o emprego na crise e pensa em buscar trabalho em outro setor. "Cada vez acumulando mais dívidas, estamos tentando fazer alguma coisa, fazendo bico, tentando ver se arruma alguma coisa porque está difícil", relata.

O Bom Dia Brasil entrou em contato com a empresa Eisa Petro-Um para saber sobre a falta do pagamento de indenizações trabalhistas no Estaleiro Mauá. Mas não tivemos nenhuma resposta.

A Petrobras informou que está dando prioridade a projetos mais rentáveis com foco na produção de petróleo e que as plataformas que não entraram no plano de negócios atual ficaram para depois de 2019.

Cerâmica avançada será a nova onda dos motores a jato

10/09/2015 – Fonte: CIMM

A cerâmica está presente nas nossas vidas há 25 mil anos. Usamos o material em xícaras, cachimbos, utensílios e muitos outros objetos cotidianos. Mas o material leve, forte e resistente ao calor tem um defeito fatal: "quando você bate nela, ela se quebra catastróficamente", afirma Krishan Luthra, cientista chefe de tecnologias de manufatura e materiais da GE Global Research, em Nova York.

"Pensei que seria o Santo Graal se conseguíssemos colocá-la dentro de máquinas para obter mais potência e economia de nossos motores. Seria realmente impactante", diz Luthra. O pesquisador investiu quase três décadas de sua carreira para fazer isso dar certo.

Pode-se dizer que foi um palpite bilionário. Nos anos 1990, Luthra e sua equipe começaram a estudar uma nova família de materiais, chamados de compósitos de matriz cerâmica (CMCs). Trabalhando em parceria com o Departamento de Energia dos EUA, o grupo concentrou-se em um subgrupo de CMCs que combinava resistência ao calor e rigidez.

A pesquisa quase morreu e, então, desviou-se para o espaço, mas a equipe acabou inventando uma nova versão do material suficientemente boa para os motores a jato. "Se você não fizer da maneira correta, obtém uma cerâmica que se comporta como louça e,

se acertar, obtém uma cerâmica com propriedades de metal, e este é o lance”, explica Luthra.

Os CMCs permitiram que engenheiros da GE construíssem motores a jato que conseguem levar os aviões mais longe queimando menos combustível. Isso acontece porque o material tem dois grandes atributos vantajosos para a aviação: tem um terço do peso do metal e não precisa de arrefecimento a ar, o que possibilita que os designers construam motores mais leves e eficientes.

As peças de CMC são feitas de fibras cerâmicas de carboneto de silício colocadas dentro de uma matriz cerâmica e cobertas com revestimento de barreira térmica. No ano passado, a GE Aviation abriu sua primeira fábrica de CMCs e criou uma joint venture com a fabricante italiana de revestimentos Turbocoating para se preparar para a produção de peças de CMC em larga escala.

O primeiro motor a jato com “mantos” estáticos de turbina feitos com CMCs (acima) é o LEAP, desenvolvido pela CFM International, joint venture entre a GE Aviation e a francesa Snecma. Embora não vá chegar ao mercado antes do ano que vem, ele já é o motor mais vendido na história da GE, com 8 mil pedidos avaliados em cerca de US\$ 100 bilhões (pela tabela de preço americana)!

O motor, projetado para os mais modernos aviões single-aisle (de corredor único) – incluindo o Boeing 737MAX, o Airbus A320neo e o Comac C919 –, é 15% mais eficiente em termos de consumo de combustível do que os atuais modelos CFM. “Adotamos uma visão de longo prazo, e o grande potencial de retorno justificou o alto risco”, afirma Luthra.

A GE também está explorando o uso do material em motores de helicóptero, bem como em turbinas a gás e compressores de usinas elétricas. O novo GE9X – o maior motor a jato do mundo, que a GE está desenvolvendo para o Boeing 777X, próxima geração de aviões de grande porte – terá peças fundamentais feitas de CMCs, assim como os motores Passport para jatos comerciais.

"Pejotização" pode reduzir impacto de eventual alta da alíquota máxima do IR

10/09/2015 – Fonte: Portal Contábil

Os contribuintes com renda mais elevada – especialmente a proveniente de salário e com tributação fixada em 27,5% – responderam por quase 90% do imposto de renda recolhido das pessoas físicas em 2013, último ano com dados detalhados já divulgados pela Receita Federal. Esse grupo respondeu por R\$ 102 bilhões no total de R\$ 114 bilhões devidos de IRPF naquele ano, após as deduções e isenções previstas em lei.

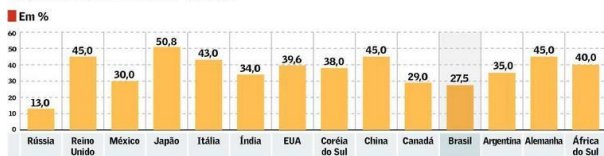
Em função desse peso um eventual aumento da alíquota máxima do IR de pessoa física no Brasil, criando mais uma faixa com uma tributação de 30% ou 35%, ajudaria a elevar a arrecadação federal.

Na avaliação de economistas que acompanham o assunto, contudo, a chamada “pejotização” dos últimos anos pode reduzir o impacto desse eventual aumento de alíquota para os cofres públicos, porque o lucro recebido pelas pessoas físicas não é tributado.

Outra consequência é que a medida elevaria a tributação sobre os assalariados e o custo do trabalho já é excessivamente tributado no país.

O peso do imposto de renda para pessoas físicas

Alíquotas máximas do imposto de renda



Base tributável e imposto devido em 2013 por faixa de IRPF (em R\$ bilhões)

Renda anual-base de cálculo	Declarantes (em milhões)	Alíquota de IR (em %)	Rendimentos tributáveis	Deduções	Base de Cálculo	Imposto Devido
Até R\$ 19.645,32	11,28	Isento	191,94	55,28	143,09	0,09
De R\$ 19.645,33 a 294.420,00	5,93	7,50	203,36	55,61	147,75	1,95
De R\$ 294.420,01 a R\$ 392.256,56	2,99	15,00	143,67	37,53	106,14	4,37
De R\$ 392.256,57 a R\$ 490.518,00	1,69	22,50	103,91	26,36	77,55	5,68
Maior que R\$ 490.518,00	4,57	27,50	650,33	120,35	529,98	102,14
Total	26,49		1.293,21	295,13	1.004,51	114,23

Fonte: SRF/FPMS e Centro de Cidadania Fiscal

A alíquota máxima do imposto de renda sobre a pessoa física no Brasil, de 27,5%, é inferior não apenas à dos países mais ricos, como disse o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, como EUA, Alemanha e Itália, entre outros, mas também é menor que a da China e de parceiros da América Latina, como México, Argentina e Chile.

Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal, pondera, porém, que essa análise não pode ser feita sem considerar toda a tributação que incide sobre o fator trabalho no país, mesmo que parte da tributação sobre a folha de salários seja recolhida pela empresa. Para ele, há uma questão de isonomia a ser considerada no debate.

José Roberto Afonso, pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IbreFGV) e professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP), diz que não se deveria mexer apenas no IRPF.

"Uma parcela cada vez maior das pessoas físicas no país que trabalham no setor privado, não só de renda alta, como de média virou pessoa jurídica. Dar uma pancada na alíquota do IRPF só vai atingir servidor público, congressista, funcionário de estatal. No setor privado, cada dia mais os salários mais altos viram PJ. Inclusive agora via MEI [microempreendedor individual], você já está descendo para renda média baixa", diz ele.

Afonso, em trabalho do ano passado, chamou atenção para esse aumento expressivo dos rendimentos oriundos de lucro ou dividendos (isentos de IR desde 1996) na composição da renda total das pessoas físicas.

Entre 1998 e 2012, a renda tributável de pessoas físicas cresceu de 22% para 27,1% do PIB, alta de cinco pontos percentuais. No mesmo período, a renda isenta (muito influenciada pela maior participação dos dividendos ou lucros) passou de 7% para 12,8%, mais 5,8 pontos de PIB.

Afonso chama atenção para o fato de que a alíquota média efetiva (descontadas isenções e deduções) é menor que a nominal. Em 2012, a alíquota efetiva para a faixa mais alta foi de 15,9%, enquanto a alíquota efetiva média foi de 8,9% dos rendimentos tributáveis, sendo de 9,5% para trabalhadores do setor privado e de 6,9% para autônomos e empresários.

A questão, reforça Afonso no estudo e também na conversa com o Valor, é que, se for computado o total de rendimentos (tributáveis, isentos e com tributação exclusiva na fonte), a alíquota média paga pelos sócios de empresas fica muito menor do que a dos demais contribuintes pessoa física. Enquanto a tarifa média foi de 5,5%, a dos trabalhadores do setor privado ficou em 9,6% e a dos empresários e autônomos foi de 2,5%.

Por outro lado, diz Afonso, a tributação das pessoas jurídicas é muito alta. "Não adianta mexer nas alíquotas sem mexer na estrutura do IR, e dos dois, pessoa física e jurídica. E precisa fazer isso de forma consistente", afirma.

Appy explica que nos Estados Unidos, por exemplo, toda tributação do pequeno empreendedor se dá como pessoa física. "Você não pode fazer bitributação, mas há uma distorção que precisa ser corrigida. Ou você vai, de novo, onerar mais a parcela que já é mais tributada no país", pondera Appy, falando do fator trabalho.

Empresas recontratam pagando menos

10/09/2015 – Fonte: Portal Contábil

A recontração de trabalhadores com remunerações menores impede um baque ainda maior sobre o emprego nos setores do comércio e serviços. Em julho, o rendimento médio desses setores foi menor do que em igual mês do ano passado, já descontados os efeitos da inflação. A queda foi de 3,6% no comércio e de 1,9% nos serviços, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego, do IBGE.

O economista Rafael Bacciotti, da Tendências Consultoria Integrada, aponta que o recuo se deve à substituição de pessoas com salários mais elevados por trabalhadores que aceitem ganhar menos, processo que ocorre principalmente entre os que têm carteira assinada. Trata-se de uma saída para não esvaziar os estabelecimentos, em geral intensivos em mão de obra. "As remunerações estão caindo diante de um menor dinamismo desses setores", diz.

Bacciotti afirma que o impacto vem da redução do consumo, em meio a um cenário de crédito caro e escasso, inflação elevada e confiança em queda. "Todos esses fatores têm trazido consequências negativas para os setores de serviços e comércio". Além disso, o economista destaca que alguns trabalhadores passaram a buscar alternativas em pequenos empreendimentos, na condição de conta própria. Muitas vezes, isso significa renda incerta e menor.

A vendedora Rita de Cássia, de 33 anos, foi dispensada em julho, após trabalhar durante nove anos e meio numa livraria no Rio de Janeiro. Entrou na mira porque recebia R\$ 1,2 mil mensais, um salário elevado, aos olhos dos chefes. Nos últimos meses, a empresa mandou embora funcionários antigos e contratou outros por um salário em torno de R\$ 800, pouco acima do mínimo.

"As demissões estão ocorrendo nos últimos meses e são sempre dos empregados que estão há mais tempo na livraria e, portanto, recebem mais. Muitas lojas do grupo fecharam", conta Rita. "Vou tentar mudar de área, trabalhar com estética. Já fiz um curso na área. Mas a situação atual, as notícias que ouvimos, me deixam preocupada."

Para o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci Júnior, os estabelecimentos de alimentação fora do lar, intensivos em mão de obra, reduziram o quadro de funcionários dentro de seus limites e depois passam para a substituição de trabalhadores. "A solução é fazer um turn over (renovação), já que não é possível cortar muitos empregados em restaurantes e bares", afirma.

O economista Bruno Fernandes, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), acredita, porém, que o momento ainda não chegou ao ponto de demissões em massa.

"Como o empresário não vê perspectiva de recuperação no curto prazo, ele ajusta a

estrutura de custos com cortes. A troca se dá quando tem perspectiva de recuperação, o que pode se dar em outro estágio", avalia.

Especialista aponta cinco dicas para modernização da gestão de Empresas Familiares

10/09/2015 – Fonte: Portal Contábil

No Brasil existem aproximadamente seis milhões de empresas, das quais 90% são consideradas negócios familiares ou empresas familiares, segundo levantamento do SEBRAE.

Tipicamente, por empresas familiares se classificam os negócios cujo controle é exercido por pessoas de um mesmo grupo familiar, e em que as posições executivas (ou grande parte delas) são também ocupadas por membros da família.

Há empresas familiares com ações negociadas em bolsas de valores, assim como há negócios familiares de qualquer porte, desde a pequena empresa tocada na garagem de casa até grandes grupos multinacionais, como a C&A, Wal-Mart, Mars e Ford.

"Neste cenário de crise, as empresas familiares de pequeno e médio porte são as que mais sofrem, por diversos fatores. O principal deles é a falta de cultura empresarial, pois frequentemente não se dão conta da importância de possuir ferramentas de planejamento e controle e de investir na qualidade e capacitação da equipe de suporte." Explica Fábio Yamamoto, sócio da Tiex, consultoria de gestão corporativa e financeira.

Negócios familiares que hoje são modelos de gestão e longevidade, e que já sobreviveram a diversas gerações, passaram por mudanças em comum no curso da criação e do desenvolvimento de uma cultura empresarial.

Fábio Yamamoto, sócio da Tiex, destaca cinco dos principais aspectos para essa evolução corporativa:

1. Profissionalização

O processo de profissionalização é uma via de mão única sem retorno. Para aquelas empresas que buscam atingir estágios avançados de maturidade de seus negócios, necessariamente há que se buscar a profissionalização de sua administração.

Contudo, importante frisar que isso não significa, necessariamente, buscar profissionais fora dos quadros da companhia para preencher posições estratégicas, tampouco retirar os familiares da empresa. Obviamente este também é um caminho válido, mas muitas vezes cria barreiras culturais muito mais difíceis de serem transpostas.

A profissionalização passa obrigatoriamente pela capacitação dos membros da família, pela criação de ferramentas de gestão e de um sistema de controles internos, processos e políticas que não dependam apenas de indivíduos.

O processo de transição entre as gerações, especialmente quando falamos da passagem dos fundadores para a segunda geração de membros familiares, passa necessariamente por este processo de profissionalização.

2. Eliminação da confusão patrimonial

Outro fator bastante comum a este tipo de negócio é a confusão entre os limites da pessoa física e jurídica. É preciso ter clara distinção entre a entidade e o(s) dono(s) para que não ocorram abusos e atritos entre os familiares. É necessária a criação de mecanismos e regras bastante claras para que os negócios não estraguem o almoço de domingo.

Rupturas familiares são bastante comuns quando os negócios passam a tomar proporções em que é impossível manter os olhos sobre tudo, gerando desconfiança, destruindo relações familiares e pondo em risco o futuro do negócio.

3. Visão de longo prazo

Poucos são os negócios familiares, exceto claro grandes grupos empresariais como os já citados, que dão a devida atenção a um planejamento estratégico de alto nível. É vital para as empresas pensar em perenidade, não ser imediatista e entender os impactos que as ações presentes terão sobre o futuro da empresa. Imaginar como a empresa será e onde estará em horizontes de tempo de 5, 10, 20 anos não se trata apenas de sonhar, mas de planejar o futuro da empresa e sua continuidade.

4. Atenção à estrutura de suporte

As áreas administrativas de uma empresa são usualmente vistas como centros de custo, isto é, um mal necessário, e pouca ou nenhuma importância são atribuídas às áreas de suporte.

Contudo é de extrema relevância a manutenção de uma estrutura adequada de back office; não só é imprescindível para a adequada manutenção dos aspectos administrativos e operacionais, como pode tornar-se um centro de resultados à medida que pode e deve ser utilizado para evitar gastos desnecessários, conter perdas financeiras e realizar o adequado planejamento do uso dos recursos.

5. Capacitação de seus colaboradores

Profissionalizar os membros familiares é importante, mas não é suficiente. Investir na capacitação de seu quadro de colaboradores é imprescindível para que toda a estrutura de controles e ferramentas de gestão funcione de forma adequada. Capacitar os colaboradores também auxilia no aspecto motivacional, refletindo os valores da companhia através do reconhecimento de seu pessoal.

Com a conjugação de todos esses cinco fatores percorridos, cria-se um cenário interno mais favorável para que a empresa familiar possa evitar oscilações no cenário econômico, uma vez que ela passará a deter um ativo organizacional e humano mais preparado para enfrentar adversidades.

Por óbvio, concatenar todas essas engrenagens para que funcionem de forma harmoniosa é o principal desafio dessa modalidade de empresas. É sim um enorme desafio, pois, essencialmente, trata-se de mudar a cultura organizacional, o que significa mudar as pessoas e suas convicções. Entretanto, trata-se de um processo evolutivo natural para empresas que buscam perenidade, e quanto antes esse processo se iniciar, maiores são as chances de sucesso.

Crise econômica muda relação de brasileiros com o mercado de trabalho

10/09/2015 – Fonte: CNI

A crise por que passa a economia brasileira é plenamente percebida pela população. A frase “O Brasil está vivendo uma crise econômica” tem a concordância de 86% dos entrevistados, ainda que parcialmente para 20% deles.

Leia matéria completa acessando o link:

<http://www.sindimetal.com.br/wp-content/uploads/2015/09/RSB-24-Crise-Econômica-Mercado-de-trabalho-Agosto-2015.pdf>

Brasileiros sofrem com endividamento e perda de poder de compra

10/09/2015 – Fonte: CNI

Como resultado da crise econômica, os brasileiros têm visto seu poder de compra cair e seu nível de endividamento aumentar.

Seis em cada dez brasileiros afirmam ter perdido poder de compra nos últimos 12 meses. Essa redução no poder de compra é resultado da redução na renda dos trabalhadores, experimentada por 42% dos brasileiros, aliada ao aumento generalizado de preços – a inflação.

Leia matéria completa acessando o link:

<http://www.sindimetal.com.br/wp-content/uploads/2015/09/RSB-25-Crise-Econômica-Renda-e-Endividamento-Agosto-2015-00000002.pdf>

Crise econômica muda hábitos de consumo das famílias

10/09/2015 – Fonte: CNI

Na crise atual, um dos principais problemas é o aumento da inflação, percebido por 70% dos brasileiros.

Como consequência do aumento dos preços e do desemprego, o poder de compra das famílias se reduz e a incerteza com relação à renda futura aumenta (Veja Retratos da Sociedade Brasileira 25: Crise Econômica II - Renda e endividamento).

Para ler matéria completa acesse o link:

<http://www.sindimetal.com.br/wp-content/uploads/2015/09/RSB-26-Crise-Econômica-Inflação-e-Consumo-Agosto-2015.pdf>